

Comissão examina as dívidas da FHDF

Com o objetivo de examinar e encaminhar soluções sobre os débitos trabalhistas da Fundação Hospitalar, que atingem cerca de Cr\$ 7,5 bilhões, o governador Joaquim Roriz assinou decreto, ontem, criando uma comissão, presidida pelo Procurador-Geral do GDF, Célio Afonso de Almeida.

A comissão é integrada pelos secretários de Saúde, Valteno Rebeiro, de Governo, Celsius Lodder; do Trabalho, Edward Pinto da Silva e pelo chefe da Procuradoria Jurídica da Fundação Hospitalar, Fauzi Nacfur.

Penhora

Cerca de 440 ações trabalhistas e ordinárias tramitam na Justiça brasiliense, contra a Fundação Hospitalar, conforme o procurador jurídico do órgão, Fauzi Nacfur. Por causa do não pagamento dos

débitos, a Justiça já sentenciou a FGDF a oferecer bens à penhora e posterior leilão.

Com isso, poderá ser penhorado parte do patrimônio da FHDF, para o pagamento dos débitos, entre os quais o Hospital de Base (HBB) e Hospital Regional da Asa Sul (HRAS), além do tomógrafo computadorizado do Hospital de Base, entre outros bens da Fundação.

A maioria das ações trabalhistas movidas contra a FGDF é pelo não pagamento de horas extras, desvio de funções e rescisões irregulares de contrato. Enquanto, as ações ordinárias dizem respeito, em sua maior parte, a reclamações de pacientes. Elas correm pela Justiça comum. Entre elas, 13 pedem reparos de danos por erro médico, quatro indenizações por morte e quatro por acidentes de trânsito.

Divulgação



O governador Joaquim Roriz encerrou ontem a maratona de visitas aos hospitais no Hemocentro